

Brasília, 28 de junho de 2011.

A Sua Excelência a Senhora  
Miriam Aparecida Belchior  
Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão

A extrema carência de Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs) tem dificultado a missão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de promover a fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas e dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Atualmente, existem no Brasil cerca de **2.900 Auditores Fiscais do Trabalho**, sendo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) determina, por meio da Convenção 81, da qual o Brasil é signatário, que esse número seja da ordem de **5.000 Auditores**.

Em 2010 o MTE realizou um concurso público para AFT, aprovando 456 candidatos. Desses, 234 foram nomeados em 5 de agosto de 2010, restando 220 aprovados, com total qualificação e expectativa de nomeação. Visando reduzir a deficiência de AFTs, o MTE solicitou em 24/08/2010 uma autorização ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para a nomeação de mais 117 candidatos aprovados. Esse processo para autorização encontra-se parado no MP desde 08/09/2010.

Contudo, para que seja possível a nomeação de todos os aprovados, se faz urgente a necessária autorização do MP para os 117 candidatos habilitados, sem a qual não será possível efetivar os trâmites dos demais 103: a) oficialização, pelo MTE, do pedido justificando a essencialidade de sua nomeação; b) autorização presidencial e; c) procedimentos administrativos com vistas à nomeação, dentre eles o concurso de remoção a ser realizado no âmbito do MTE.

É de se destacar que em 2010 foi aprovada por unanimidade **emenda** ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2011 **específica e suficiente para a contratação desses 220 candidatos aprovados**.

**Em razão da iminente expiração do prazo final de validade do concurso (31/10/2011) e da necessidade de, no mínimo, 3 meses para o cumprimento dos processos necessários à nomeação dos 103 candidatos habilitados (itens a, b e c acima citados), é imprescindível que a autorização do MP para os primeiros 117 candidatos seja expedida no mês de julho.**

Diante do exposto, vimos solicitar apoio de V. Excelência, especialmente no que diz respeito aos prazos acima citados, a fim de que o Governo da Exma Sra Presidenta Dilma seja beneficiado com a nomeação de mais 220 candidatos aprovados no último concurso para Auditor Fiscal do Trabalho, o que contribuirá para melhorar a qualidade da fiscalização do trabalho, em especial o combate ao trabalho escravo e infantil e a garantia à saúde e segurança dos trabalhadores, em especial aos da construção civil, maiores vítimas de acidentes de trabalho. Assim, essa nomeação proporcionará não só a redução nos gastos da Previdência decorrentes de acidentes do trabalho, como também o incremento na arrecadação do FGTS e de outras contribuições.

Respeitosamente,

---

Rosângela Silva Rassy  
Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT